



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

CURRÍCULO

MARINA BERNARDES DE ALMEIDA

Coordenadora-Geral de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: Graduação em Ciências Econômicas – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Brasil, **2005-2008**.

Curso de aperfeiçoamento: Pós-graduação em Gestão Pública pelo Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas (IGEPP) / Universidade Cândido Mendes (UCAM), **2015-2017**.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

2021 Business Intelligence na Gestão Pública – DICAP/MJSP.

2020 Curso de Espanhol – Instituto Cervantes de Brasília.

2020 Curso Controle Social – ENAP.

2019 Curso Internacional “Políticas públicas, justicia y autonomía de las mujeres en América Latina y el Caribe” - CLACSO.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Economista 2010 - Atual
(Cargo efetivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Governo Federal do Brasil)

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça

Jan/2023 - Atual

Departamento de Migrações

Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CGETP)

Cargo/Função: Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes

Principais atribuições:

- Coordenar as instâncias de gestão integrada da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Coordenar o processo de planejamento, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Orientar a rede no encaminhamento de denúncias para os serviços de Justiça e segurança pública;
- Realizar articulação com instituições parceiras que trabalham com o enfrentamento ao tráfico de pessoas nas suas diversas finalidades;
- Coordenar ações de cooperação técnica internacional para o enfrentamento ao tráfico de pessoas (ETP); e
- Promover o fomento de ações de pesquisa, produção de dados, gestão da informação, capacitações, campanhas, prêmios, semana de mobilização e demais ações que visem o fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Outubro/2017 – Janeiro/2023

Departamento de Migrações

Cargo/Função: Coordenadora- de Gestão da Política e dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Principais atribuições:

- Subsidiar o trabalho da Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Apoiar o processo de implementação, monitoramento e avaliação do plano Nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas com pactuação de indicadores;
- Apoiar a realização das atividades do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação e da Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante);
- Apoiar a formalização e implementação de diversos Acordos de Cooperação Técnica com diferentes órgãos parceiros;
- Apoiar o desenvolvimento de campanhas de prevenção ao tráfico de pessoas;
- Realizar palestras em capacitações da rede ampliada de atores que atuam na temática;
- Apoiar a implementação de projetos junto a Organismos Internacionais, notadamente o Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Março/2016 – Outubro/2017

Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional

Coordenação-Geral de Articulação Institucional (CGAI)

Cargo/Função: Assessora Março de 2016 a outubro de 2017

Principais atribuições:

- Apoiar as atividades desenvolvidas em parceria com os órgãos da administração pública, na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e outras ações do Ministério relacionadas com o enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado transnacional.

Novembro/2014 – Março/2016

Departamento de Migrações (DEMIG)

Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)

Cargo/Função: Coordenadora de Elegibilidade

Principais atribuições:

- Coordenar a gestão das solicitações de refúgio analisadas pelo CONARE, bem como outros trâmites administrativos relativos aos pedidos;
- Promover, em parceria com os órgãos da administração pública federal e com os atores da sociedade civil, a disseminação e a consolidação de garantias e direitos dos migrantes e dos refugiados, nas áreas de sua competência;
- Articular com parceiros a ampliação e a eficácia das políticas e dos serviços públicos destinados à prevenção da violação de garantias e à promoção dos direitos dos migrantes;
- Apoiar o desenvolvimento de planos, diagnósticos, políticas e ações destinadas à inclusão social de migrantes junto aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e às entidades da sociedade civil.

Julho/2012 – Novembro/2014

Departamento de Migrações

Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)

Cargo/Função: Oficial de elegibilidade.

Principais atribuições:

- Instruir os processos de elaboração de pareceres no que tange ao/à reconhecimento, cassação e perda da condição de refugiado, autorização de saída e o reingresso no País e outros temas correlatos.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria Executiva

Julho/2010 – Julho 2012

Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP)

Cargo/Função: Assessora Julho de 2011 a julho de 2012

Principais atribuições:

- Estudar e propor medidas e ações destinadas ao enfrentamento da pirataria e combate a delitos contra a propriedade intelectual no País;
- Realizar levantamentos estatísticos com o objetivo de estabelecer mecanismos eficazes de prevenção e repressão da pirataria e de delitos contra a propriedade intelectual;
- Apoiar as medidas necessárias ao combate à pirataria junto aos Estados da Federação;
- Apoiar o treinamento de agentes públicos envolvidos em operações e processamento de informações relativas à pirataria e a delitos contra a propriedade intelectual;
- Acompanhar, por meio de relatórios enviados pelos órgãos competentes, a execução das atividades de prevenção e repressão à violação de obras protegidas pelo direito autoral; e

- Apoiar o estabelecimento de mecanismos de diálogo e colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o propósito de promover ações efetivas de combate à pirataria e a delitos contra a propriedade intelectual.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

IDIOMAS

Inglês Nível Avançado (Certificate in Advanced English/ University of Cambridge)
Espanhol Nível Básico (Instituto Cervantes de Brasília)

PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS (Atual)

- Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Conselho Federal de Assistência às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (CONDEF/PROVITA) do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
- Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE);
- Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Conatetrap).

PUBLICAÇÕES (Organização/Revisão/Participação)

- Coletânea de Instrumentos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (MJSP, 2018);
- Guia de Assistência e Referenciamento a Vítimas de Tráfico de Pessoas – Atualizado de acordo com a Lei nº 13.344/2016 (MJSP e ICMPD, 2020);
- Relatório Nacional de Dados sobre Tráfico de Pessoas (MJSP e UNODC, 2021);
- Cartilha Informativa sobre o Sistema Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Cooperação Internacional (MJSP e UNODC, 2021);
- Estudo sobre Vítimas de Tráfico de Pessoas Exploradas para Transporte de Drogas (MJSP, DPU e UNODC, 2022);
- Manual para Prevenção ao Contrabando de Migrantes (MJSP e OIM, 2022);
- Protocolo de Escuta Qualificada para Grupos Vulneráveis ao Tráfico de Pessoas (MJSP e OIM, 2022);
- Cartilha para a Construção de Fluxos de Atendimento a Vítimas de Tráfico de Pessoas (MJSP e OIM, 2022);
- Protocolo de Autodiagnóstico para a Construção de Fluxos de Atendimento às Vítimas de Tráfico de Pessoas (MJSP e OIM, 2022);
- Documento Técnico – Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para Profissionais de Saúde (MJSP e MS, 2022);